
POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UM INSTRUMENTO COMPENSADOR PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA

MAY DA COSTA MENDONÇA¹ maymendonca@globo.com

RESUMO

As creches e pré-escolas são reconhecidas pela LDBEN/96 como garantia de acesso da criança de zero a seis anos à educação básica com uma prática educativa de qualidade, pois esta fase é fundamental para o desenvolvimento integral da criança, influenciando no sucesso de sua aprendizagem. Portanto, os investimentos na educação infantil ampliam o acesso, garantindo qualidade de vida para as crianças e seus familiares. Estes investimentos são indispensáveis na base educacional, ou seja, na educação infantil, pois na sociedade brasileira tem sido no topo, na educação superior, o que significa uma inversão dos papéis, já que está nas crianças o futuro do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE:

Políticas Públicas. Desenvolvimento Infantil. Educação Brasileira. Sociedade.

¹ UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS – ULHT.

ABSTRACT

The kindergartens and preschools are recognized by LDBEN/96 as a guarantee of access for children from zero to six years old of basic education with an educational practice of quality because this phase is fundamental to the full development of the child, influencing the success of their learning. Therefore, investments in early childhood education extend access, ensuring quality of life for children and their families. These investments are essential in the educational basis, in other words, in early childhood education, because in Brazilian society has been at the top, in higher education, which means a reversal of roles, as are children the future of Brazil.

KEYWORDS:

Public Policies. Child Development. Brazilian Education. Society.

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em vigor desde 1996, ou seja, a mais de dez anos sendo utilizada como referência no Brasil, passou a reconhecer oficialmente as creches e pré-escolas, até então vinculadas à assistência social, como um direito da criança, que passou a fazer parte da educação básica. Tal mudança passa a exigir que as orientações dadas por estas instituições evoluam do cuidado básico à prática educacional, assim como, que seja garantido o acesso de todas as crianças a creches e pré-escolas com um padrão mínimo de qualidade (LDB, 1996).

Nas duas últimas décadas, estudos realizados por especialistas das mais diversas áreas do conhecimento mostram a importância da atenção integral na primeira infância. Promover o desenvolvimento cognitivo nessa fase da vida tem impacto decisivo no futuro. Além de promover o desenvolvimento integral, o acesso de crianças de baixa renda a creches e pré-escolas têm recompensas sociais. Os investimentos na educação infantil podem ser vistos também como uma escolha a favor da garantia de equidade de gênero, do enfrentamento da criminalidade e do combate à pobreza e à exclusão social (UNICEF, 2006).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No Brasil, as creches surgiram à margem do sistema educacional. Atendiam crianças de até seis anos de idade, cujos pais saíam para trabalhar e não tinham com quem deixá-las. Essa história da educação infantil já desencadeia desigualdades, pois paralelamente a isso, desde 1975, desenvolveu-se no país um sistema oficial de pré-escolas. Como as escolas públicas não atendiam à demanda, as famílias pobres encaminhavam seus filhos para as creches, vinculados à assistência social que, quando existia essa possibilidade, em geral não tinha infraestrutura ou projeto pedagógico.

As famílias de classe média ou alta recorriam sempre às escolas particulares de educação infantil, que correspondem a quase 50% do total de creches no Brasil. A frequência à educação infantil e a qualidade de atenção às crianças em casa podem garantir uma vida adulta melhor. No Brasil, o principal fator da pobreza são as

diferenças nos ambientes familiares e a influência disso no desempenho educacional (COSTA, 2003).

Os seis primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento integral da criança. Está comprovado cientificamente que é na primeira infância que a criança desenvolve grande parte do potencial mental que terá quando adulto, proporcionando mais oportunidades. A atenção integral nessa faixa etária influencia no sucesso escolar e na autoestima, necessários para continuar a aprendizagem na formação das relações e da autoproteção, requeridos para independência econômica e no preparo para a vida familiar.

Até o sexto ano de vida, o desenvolvimento do cérebro é muito rápido e pode ser afetado por fatores biológicos, psicossociais, herança genética e pela qualidade do ambiente em que se vive e se convive. Esse processo pode, em longo prazo, afetar a capacidade estrutural e funcional, influenciando negativamente o desenvolvimento cognitivo e socioemocional do ser humano (BANCO MUNDIAL, 1999 apud UNICEF, 2006).

Educação Infantil: Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, 2010).

No Brasil, existem evidências de que o acesso da criança de baixa renda à educação infantil tem impacto no aumento da renda familiar, especialmente entre famílias mais pobres. A renda per capita é cerca de 50% maior nos domicílios brasileiros, em que as crianças estão em creches e pré-escolas, do que naquelas em que elas não frequentam a educação infantil (MEC/INEP, 2004).

Portanto, os investimentos na educação infantil são importantes para ampliar o acesso e também para garantir a qualidade do que é oferecido à criança. As creches são mecanismos eficientes para conciliar família e trabalho, pois possibilitam às mães mais pobres trabalhar e oferece a elas uma melhor inserção no mercado profissional, o que pode atender a uma das prioridades do Plano Nacional de Política para Mulheres, da Presidência da República (BANCO

MUNDIAL, 2002).

Para que creches e pré-escolas possam atender às necessidades das crianças é que os objetivos da Proposta Pedagógica das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil dizem que:

a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (MINISTÉRIO

DA EDUCAÇÃO, 2010).

O investimento em educação infantil pode ser visto também como uma escolha a favor da garantia de equidade de gênero e do combate à pobreza e à exclusão social. Estes investimentos são importantes não só para ampliar o acesso como também para garantir a qualidade do que é oferecido à criança. Para tal, alguns critérios já são consenso para definir a qualidade das ações que estimulem o pleno desenvolvimento da criança de até seis anos.

Dentre estes, estão as condições de funcionamento dos espaços educativos, o tamanho das turmas, relevância significativa nas ações pedagógicas projetadas, qualificação dos profissionais que atuam na educação infantil e apoio dos familiares das crianças, através de um bom relacionamento entre as unidades de educação e as famílias.

Dentro das políticas educacionais da atualidade e compartilhadas por seus portadores de serviço na educação, na saúde, no direito e no serviço social, têm sido desenvolvidas práticas que respeitam a diversidade cultural e social, promovendo a justiça social por meio da garantia de oportunidades iguais. Todos os profissionais envolvidos nestas políticas educacionais necessitam desenvolver a habilidade de escutar e observar de forma crítica e reflexiva, para que as crianças e seus familiares sejam respeitados e atendidos a fim de garantir essa promoção socialmente justa através da igualdade de oportunidades (SMITH e col., 2010).

CONCLUSÃO

Nos últimos anos, houve no Brasil avanços na legislação e nas orientações referentes à educação infantil. A grande dificuldade é fazer

com que as leis sejam cumpridas. De maneira geral, não há fiscalização nem punição estabelecida para os municípios, que não obedecem às determinações do Conselho Nacional de Educação ou não seguem as orientações do MEC.

Os diagnósticos locais são um dos principais pontos para iniciar um trabalho efetivo de desenvolvimento da educação infantil. Porém, ainda são insuficientes e podemos destacar a ausência de levantamentos diagnósticos, de pesquisas, da falta de integração com Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e também da pouca interação entre instituições de educação infantil e família.

Fortalecer essa interação deve ser um dos objetivos da Política Nacional de Educação Infantil, estabelecida em 2005. Não podemos considerar que as creches e as pré-escolas substituam os cuidados familiares, pois a educação infantil tem função diferenciada e complementar à da família. O envolvimento dos pais nesta fase da educação da criança deve ser pautado pelo prazer de educar e pelo compartilhamento de responsabilidade.

Para garantir a qualidade, é importante a presença ativa dos familiares nesses espaços, definindo as prioridades de atividades pedagógicas, materiais e recursos humanos. A família tem direito de participar nas creches e pré-escolas e na formulação e implantação de projetos pedagógicos, tornando os espaços de educação infantil capazes de estabelecer uma gestão democrática.

Outra dificuldade tem sido na definição de repasses dos recursos financeiros para creches e pré-escolas municipais e privadas, sem fins lucrativos, que continuam sendo repasses federais, realizados por meio da assistência social, o que fragiliza a gestão e o financiamento das ações, mesmo que seja ideia do governo federal solucionar essa questão o quanto antes, inserindo creches e pré-escolas em outras políticas de investimento em educação.

O país ainda não estabeleceu um patamar mínimo de condições para a atuação de creches e pré-escolas. A distribuição dos gastos varia de região para região, havendo disparidade que se reflete tanto no acesso como na qualidade da educação infantil e, apesar de grande parte dos recursos ser efetivamente gasto, essa prática dificulta a execução de uma política planejada e homogênea para a infância.

Sem investimento maciço na redução das iniquidades, os avanços na qualidade do ensino infantil podem ficar restritos a um grupo reduzido de crianças de 0 a 6 anos de idade menos vulneráveis, gerando assim círculo vicioso de exclusão social. Os investimentos devem ser na base educacional, nas séries da educação infantil de 0 a 6 anos, pois, como foi enfatizado anteriormente, na sociedade brasileira tem sido no topo, na educação superior ocorrendo uma inversão de papéis.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Desenvolvimento da Primeira Infância: foco sobre os impactos da Pré-Escola. Brasília, 2002.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília-DF, v.134, nº 248,23 dez.1996.

COSTA, A.C.G.da. O desafio da educação infantil em cidadania antes dos sete anos. Brasília: Ed. Cortez, 2003.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais, 2004. Rio de Janeiro, IBGE, 2005.

MEC – Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2010.

MEC/INEP/SEEC. Censo Escolar, 1999 e 2004.

SMITH, A.P., C.A. e col.. Tradução Vinicius Figueira. O desenvolvimento da política reflexiva na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2010.

UNICEF. Situação da Infância Brasileira, 2006.

UNICEF. Situação da Infância Brasileira, 2001.